

## Solidariedade entra com ação no Supremo contra lotéricas municipais

O partido Solidariedade ajuizou uma ação no **Supremo Tribunal Federal** que questiona a exploração do serviço de lotéricas municipais. A legenda alega que leis locais recentes que regulam esses estabelecimentos violam a ordem federal e criam “um cenário verdadeiramente caótico”, que prejudica o recolhimento e a distribuição de impostos.

A arguição de descumprimento de preceito fundamental está sob a relatoria do ministro Nunes Marques. Na ação, o Solidariedade pede que todas as leis e decretos municipais que estabelecem sistemas lotéricos de sorteio ou de apostas sejam suspensos provisoriamente (por liminar), até que o STF se pronuncie, no mérito, sobre sua inconstitucionalidade.

O partido defende que essas regras locais invadem a competência exclusiva da União para legislar sobre o tema, com o objetivo de incrementar suas receitas “a qualquer custo”. “Há um sem número de municípios que escancaram a estrutura pública a empresas não autorizadas para, por meio da exploração da atividade lotérica, se apropriarem de maneira maquiada de legitimidade por leis municipais, mas ilícita, dos recursos dos cidadãos”, afirma o partido.

A ação reúne diversos casos em que empresas privadas venceram licitações para explorar os serviços lotéricos cedidos pelos municípios, mesmo sem a devida autorização do Ministério da Fazenda. De acordo com o Solidariedade, enquanto a pasta estabelece um valor de R\$ 30 milhões para essas concessões, em alguns casos as empresas pagam apenas R\$ 5 mil.

Caso as lotéricas municipais não sejam invalidadas, o Solidariedade argumenta que empresas com autorização para atuar nacionalmente terão um incentivo para se expandir também nos municípios. Isso resultaria em maior risco para os consumidores, em razão da falta de garantias sobre a idoneidade dos serviços oferecidos, já que cada cidade terá seu próprio regramento. *Com informações da assessoria de imprensa do STF.*

### ADPF 1.212

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2025-mar-14/solidariedade-entra-com-acao-no-supremo-contra-lotericas-municipais/>

Gustavo Moreno/STF



*O ministro Nunes Marques será o relator da ação apresentada pelo Solidariedade*